

OES P. 5 19-09-88

Conselho esvazia Comunicações

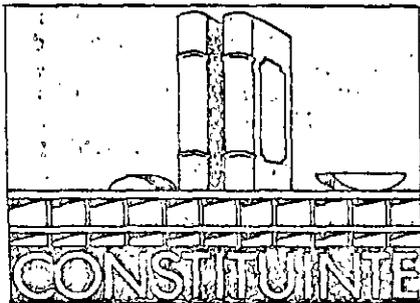
**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A instituição do Conselho Nacional de Comunicação, proposto pela relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações da Constituinte, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), significa na prática o esvaziamento do Ministério das Comunicações, atualmente o grande responsável pela política de concessão de canais de rádio e televisão. Se a proposta for incluída no novo texto constitucional, não apenas o Ministério das Comunicações perde este poder como também o Executivo deixa de exercer seu grande poder decisório no setor. Além disso, o conselho tira do Executivo o poder de cassar concessões, estabelecendo que este poder ficará a cargo do judiciário.

A formação do conselho, que a maioria dos parlamentares acredita que não será objeto da Constituição mas sim de lei ordinária, segundo a proposta apresentada na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e de

Comunicações, será de 15 membros, sendo três das entidades empresariais, três das entidades profissionais da área das comunicações, um do Ministério da Cultura, um do Ministério das Comunicações, dois da Comissão de Comunicação do Senado Federal, dois da Comissão de Comunicação da Câmara Federal, um da comunidade científica, um de instituição universitária e um da área de criação cultural. Por essa composição fica claro que o poder maior sobre as concessões de canais ficará a cargo do Congresso Nacional, com a participação de quatro representantes (dois do Senado e dois da Câmara).

Para o presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações, deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), o atual sistema de concessão de canais é absolutamente perfeito. Na sua concepção, os mecanismos técnicos desse sistema são corretos e os mais isentos, pois se exige dos candidatos o mínimo de condições morais, éticas e idôneas; é exigido também um projeto técnico e



que a empresa do candidato seja organizada. Entretanto, numa mesma licitação pública, várias entidades chegam nas mesmas condições, por isso, a decisão passa a ser política. Apesar de considerar a proposta muito boa, Aroldo já ressaltou que "dificilmente a proposta passará, pois quem vai votar o artigo é o partido majoritário, que detém o poder e para quem não é vantajoso mudar essa política". Segundo ele, "o PMDB não vai entregar o ouro ao bandido".

Muito mais difícil que o Conselho Nacional de Comunicações será a aprovação do Conselho Editorial. Apesar da proposta, que foi incluída no relatório por sugestão da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), pretender "democratizar as informações veiculadas, pois a sociedade pensa e age com base naquilo que é informado", segundo destaca a relatora Cristina Tavares, a Associação Nacional de Jornais destacou em seu depoimento à Subcomissão, que existe atualmente um grau enorme de democracia dentro das redações, para que os jornalistas escrevam e façam sempre o melhor jornal.

No entender também de alguns empresários ligados ao setor, a criação deste conselho perde o sentido na medida em que o público leitor é consciente e não é enganado impunemente. Segundo Cristina Tavares, nos Estados Unidos, funciona desde 1934 um conselho nos moldes do Conselho Nacional de Comunicação proposto e na França o Conselho Editorial faz muito sucesso.